



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**



Adelson Resende Messias

**ESTUDO DA INSERÇÃO, TENSÕES E EXPECTATIVAS DA CONCEPÇÃO DE
EDUCAÇÃO DO CAMPO NA TERRITORIALIDADE DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRICOLA DE CRUZÍLIA, SUL DE MINAS GERAIS.**

Belo Horizonte, 2014

Adelson Resende Messias

ESTUDO DA INSERÇÃO, TENSÕES E EXPECTATIVAS DA CONCEPÇÃO DE
EDUCAÇÃO DO CAMPO NA TERRITORIALIDADE DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRICOLA DE CRUZÍLIA, SUL DE MINAS GERAIS.

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito para a obtenção do título
de pós-graduação lato sensu, no curso de
Especialização em Educação do Campo.

Área de concentração: Educação do Campo

Orientador: Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima

Co-orientador: Prof. Fernando Conde

Belo Horizonte, 2014

Compartilho e dedico este trabalho primeiramente ao nosso Deus Criador e regente de todo o universo existente, o grande mestre dos mestres.

Aos meus pais e primeiros mestres, José Sebastião Messias e Maria das Graças Resende Messias, meus irmãos e irmãs, e toda minha família.

A minha esposa, mulher e amiga Rosangela, companheira de todos os momentos, obrigado pela compreensão e entendimento nos momentos em que estive ausente para dedicação aos estudos, e acima de tudo ao nosso amor incondicional e pelas energias positivas, palavras amigas e de conforto.

Agradecimentos

A Deus, nosso mestre dos mestres, e fonte de toda a luz do conhecimento humano.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pablo Luiz de Oliveira Lima e co-orientador Prof. Fernando Conde, pelo grande apoio ao longo da caminhada de construção desse trabalho, em todos os momentos ricos de trocas de experiências e conhecimentos.

Aos demais educadores(as) da Faculdade de Educação que contribuem na constante construção e desenvolvimento de nosso curso e de nossos sonhos.

A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais pela abertura de espaços e acolhimento de nossas experiências e anseios por uma Educação do Campo verdadeira e que os povos do campo almejam.

A todos os movimentos sociais e entes públicos e privados que em suas respectivas áreas amplas ou restritas de atuações contribuem nesse constante processo de construção, transformação e reconhecimento da Educação do Campo que os povos do campo tanto necessitam.

A todas as comunidades e pessoas do município de Cruzília e região do Sul de Minas que represento, e contribuíram para a construção e considerações de mais esse trabalho.

A todos(as) da Associação, Escola Família Agrícola de Cruzília e parceiros, sujeitos da pesquisa deste trabalho.

A todos(as) colegas, amigos(as) e companheiros(as) de curso pelo apoio e incentivo ao longo dos períodos de nossa formação.

“A conquista da liberdade é algo que faz tanta poeira, que por medo da bagunça, preferimos, normalmente, optar pela arrumação.”

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

Este trabalho de pesquisa realizou um estudo na amplitude da instituição de ensino, Escola Família Agrícola de Cruzília, no sul de Minas Gerais, e as relações que desenvolve ao longo de sua existência e atividades ligadas à educação do campo por meio da pedagogia de alternância, no curso de ensino médio e profissionalizante – técnico em agropecuária. Teve como focos de estudos a inserção, tensões e expectativas da concepção de educação do campo na territorialidade institucional e relações da escola. Seu principal objetivo foi investigar e compreender as tensões e conflitos de territórios vivenciados na concepção de educação do campo na territorialidade da Escola Família Agrícola de Cruzília.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo, pedagogia de alternância, território, conflitos territoriais, desenvolvimento.

Lista de gráficos e tabelas/quadros

Gráfico 1. População de Cruzília: distribuição entre residência urbana e rural	Pág. 15
Gráfico 2. População de Mulheres em Cruzília: distribuição entre residência urbana e rural	Pág. 17
Gráfico 3. População de Homens em Cruzília: distribuição entre residência urbana e rural	Pág. 18
Tabela 1. Análise de dados das propriedades do município de Cruzília: estratificação dos imóveis rurais/INCRA	Pág. 19
Gráfico 4. Análise da forma da obtenção das terras no município de Cruzília	Pág. 23
Gráfico 5. Análise da pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário por local de residência	Pág. 23
Tabela 2. Principais atividades desenvolvidas pela Escola Família Agrícola de Cruzília e suas parcerias, entre os anos de 2006 e 2013	Pág. 27
Tabela 3. Análise e comparação de pesquisas da situação dos estudantes do campo, no município de Cruzília, Sul de Minas Gerais, entre o ano de 2009 e o ano de 2014.	Pág. 35
Gráfico 6. Análise e comparação de dados de pesquisas da situação dos estudantes do campo, no município de Cruzília, Sul de Minas Gerais, entre o ano de 2009 e o ano de 2014.	Pág. 35
Tabela 4. Pesquisa sobre tópicos/habilidades e conteúdo trabalhado pelo docente	Pág. 39

Sumário

Introdução - Apresentação e Justificativa	Pág. 09
Objetivos Geral e Específicos	Pág. 10
Metodologia	Pág. 11
Capítulo 1. Investigando o Objeto de Estudo: pressupostos e fundamentação	Pág. 12
1.1. Apresentação e Análise de 03 (três) históricos do município.	Pág. 12
1.2. Situando o local e região de pesquisa	Pág. 15
1.3. Análise de dados da pesquisa de campo e bibliográfica da estrutura agrária do município de Cruzília	Pág. 18
1.4. Escolas Famílias Agrícolas	Pág. 24
1.5. Retrospecto histórico da inserção da concepção de educação do campo com a Escola Família Agrícola de Cruzília	Pág. 25
Capítulo 2. Investigação e análise dos conflitos e tensões vivenciados na territorialidade da Escola Família Agrícola de Cruzília, sul de Minas Gerais.	Pág. 30
2.1. Breve análise conjuntural da Reforma Agrária no Brasil atualmente e seus reflexos nas tensões e conflitos vivenciados em Cruzília e região do Sul de Minas.	Pág. 31
2.2. Modelos de desenvolvimento do campo brasileiro e as tensões e conflitos vividos no contexto.	Pág. 33
Capítulo 3. Tensões e conflitos entre as concepções de educação com o currículo oficial universal do conhecimento estabelecido e o currículo em construção com a realidade social local.	Pág. 39
Considerações finais	Pág. 43
Referências bibliográficas	Pág. 45
Anexos	Pág. 47

Introdução

Apresentação e Justificativa

A presente pesquisa propôs o estudo da inserção, tensões e expectativas presentes na concepção de educação do campo na territorialidade da Escola Família Agrícola de Cruzília, sul de Minas Gerais.

Com essa pesquisa a questão principal é o estudo mais aproximado e aprofundado dos conflitos de territórios presentes e vivenciados nessa proposta pioneira de concepção em educação do campo na região.

A finalidade é elaborar uma aproximação maior com a problemática levantada, com objetivo de reflexão focada na construção de conhecimentos que permitam melhor análise, interpretação e compreensão do objeto de estudo. Perceber e registrar as dimensões na concepção de educação do campo que se faz presente na história da instituição, na vida de formação dos estudantes, famílias, comunidades e no território do sul de Minas Gerais.

O estudo da pesquisa terá como base o trabalho desenvolvido nestes doze anos, desde a fundação da associação mantenedora da escola (no ano de 2002); as atividades desenvolvidas entre 2002 e a inauguração, e o funcionamento da escola em 2006. Como sujeitos da pesquisa, a instituição escola, as famílias e os jovens estudantes atendidos em sua história, os profissionais que na escola trabalham e as relações com suas parcerias. Destacamos a importância de compreender as relações de parceria do projeto da escola até os dias atuais.

Tal pesquisa se faz necessária de ser realizada para retratar e valorizar a experiência de educação do campo presente na proposta pedagógica da escola, a Alternância: os momentos de formação da vida dos estudantes ao longo do curso, em que se alternam uma sessão (uma semana ou quinzena) na escola e outra no meio socioprofissional – família/comunidade. Os instrumentos pedagógicos e demais atividades educacionais de vivência desenvolvidas pela escola ao longo de sua existência, enquanto instituição de ensino formadora de cidadãos conscientes e críticos.

Este tema foi escolhido por meio de reflexões, conflitos vivenciados, motivações pessoais e profissionais durante a caminhada em educação do campo

como monitor e diretor na Escola Família Agrícola de Cruzília, no período de 2006 até 2013.

A pesquisa visa também contribuir e promover tanto a ação teórica e prática da proposta pedagógica desenvolvida pela Escola Família Agrícola, como a formação integral dos estudantes, famílias e comunidades envolvidas na área de abrangência da entidade. Além das contribuições desta para o envolvimento e desenvolvimento pessoal e local dos territórios em que os sujeitos estão presentes.

Objetivos Geral e Específicos

O objetivo geral é investigar e compreender as tensões e conflitos de territórios vivenciados na concepção de educação do campo na territorialidade da Escola Família Agrícola de Cruzília.

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar o histórico da inserção da Escola Família Agrícola de Cruzília no sul de Minas Gerais;
- b) Identificar e descrever os principais fatos e dados vivenciados pela Escola Família Agrícola de Cruzília;
- c) Diagnosticar e compreender as relações de poder envolvidas nas parcerias do projeto da escola;
- d) Descrever as contribuições da inserção da escola na concepção de educação do campo no territorialidade do sul de Minas Gerais;
- e) Descrever as expectativas, perspectivas, oportunidades e ameaças que se apresentam na vida da instituição e escola.

Metodologia

O presente estudo de pesquisa foi realizado de forma qualitativa por meio de pesquisa histórica, teórica e de campo, de forma a apresentar resultados de pesquisa bibliográfica e documental.

Este estudo foi realizado na Escola Família Agrícola de Cruzília, sul de Minas Gerais, no âmbito de suas atividades educacionais, com seus estudantes, professores, famílias, comunidades e parcerias envolvidas.

Os métodos, técnicas e instrumentos que foram utilizados são a observação sistemática, os questionários, as entrevistas, a análise documental e as pesquisas bibliográficas.

Os dados foram levantados junto a Escola Família Agrícola de Cruzília e com suas parcerias e relações institucionais.

Paralelamente aos questionário, entrevistas e observações pontuais sobre o objeto de estudo, ao longo do processo de pesquisa o levantamento de informações aconteceu também por meio de conversas informais.

Capítulo 1. Investigando o Objeto de Estudo: pressupostos e fundamentação

1.1. Apresentação e Análise de 03 (três) históricos do município

Histórico 1:

Os primeiros habitantes da região foram faiscadores de ouro, vindos provavelmente da província de São Paulo, e que exploraram o ouro de aluvião, encontrado nas encostas de morros, na margem de córregos do local. Segundo a tradição, em 1858 estabeleceu-se no sopé de uma colina denominada "Serrinha" aquele que iniciou o povoado, o Capitão Manoel Domingos Maciel. Em 15 de agosto de 1862, foi consagrada a primeira capela que recebeu como orago São Sebastião. O nome Cruzília ou "Terra da Cruz" é derivado do primitivo nome da localidade - "encruzilhada". Originou-se este nome o fato de o povoado localizar-se ao lado de uma encruzilhada formada por duas importantes estradas do período colonial, que ligavam os municípios de São João del Rei, Aiuruoca e Rio de Janeiro à região aurífera de Minas Gerais.

Formação Administrativa: Pela Lei estadual nº 1.997, de 14 de novembro de 1873, passou o povoado à categoria de distrito, subordinado ao município de Baependi, com o nome de São Sebastião da Encruzilhada. Pela Lei nº 336, de 27 de dezembro de 1948, elevou-se à município, desmembrando seu território do município de Baependi. (Fonte: Monografias municipais" (fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.phpminas-gerais|cruzilia|infograficos:-historico> acessado em 20.02.2014).

Histórico 2:

História da Cidade de Cruzília

Cruzília – “terra da Cruz”. O primitivo nome da localidade foi encruzilhada. Originou este nome o fato de o povoado localizar-se ao lado da encruzilhada formada por duas importantes estradas no período colonial, que ligavam os municípios de São João Del Rei e Aiuruoca e Rio de Janeiro à região aurífera de Minas Gerais. Cruzília é um município brasileiro do estado de Minas Gerais. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, sua população é de 14.529 habitantes. Localizada no Sul de Minas, Cruzília pertence ao Caminho Velho da Estrada Real e integra o circuito turístico das Montanhas Mágicas da Mantiqueira. É conhecida por suas fazendas centenárias, por ser o berço dos cavalos da raça Mangalarga Marchador e sua indústria de móveis e queijos.

Dados Históricos

Os primeiros habitantes da região foram os faiscadores de ouro vindos provavelmente da província de São Paulo, e que exploraram o ouro de aluvião encontrado nas encostas de morros nas margens de córregos da zona. Ainda hoje, constituem testemunhas da presença daqueles desbravadores várias escavações existentes nas margens de córregos do território municipal. Só após a fase de mineração de ouro, chegaram os primeiros agricultores e senhores de escravos. Segundo a tradição, em 1858 estabeleceu-se no sopé de uma colina denominada “serrinha” aquele que iniciou o povoado. Trata-se do Capitão Manoel Domingues Maciel, progenitor do Cel. Cornélio Pereira Maciel (prefeito de Cruzília de 1956 até 1959).

Em 15 de agosto de 1862, foi consagrada a primeira capela que recebeu como orago São Sebastião. Em 1873, foi construída a paróquia, sendo seu primeiro vigário o Revmo. Monsenhor João Cândio dos Reis Meirelles.

Em 1920, por influência do Cel. Cornélio Maciel, então vereador à câmara municipal de Baependi, foi instalada no distrito uma pequena usina hidrelétrica para o serviço de iluminação pública e domiciliar, serviço esse hoje bastante reforçado por outra usina.

(Fonte: <http://www.cruzilia.mg.gov.br/site/historia.html> acessado em 20.02.2014)

Histórico 3:

No Sul de Minas, onde os caminhos se cruzavam levando e trazendo bandeirantes, tropeiros, garimpeiros e caixeiros viajantes que circulavam entre São João del Rei, Rio de Janeiro, Aiuruoca e São Paulo, nasceu o município de Cruzília. O ponto culminante da cidade é a Serrinha, com 1.360 metros e uma vista belíssima da região. Fazendas do séc. XIX, como a Traituba, Angay e Favacho que guardam tradições de famílias patriarcais da região, ainda são encontradas no município. A cidade foi construída em uma porção de terra entre duas estradas que, no século XVIII levavam ao interior das capitanias, entre Aiuruoca e Alagoa. A região ficou conhecida como atalho para o caminho real e foi rapidamente batizada de Sítio da Encruzilhada.

Apesar do território ter sido concedido pelo Governador das Minas a Manoel de Sá, em 20 de dezembro de 1726 (Refere-se à concessão de sesmaria a Manoel de Sá que, em seu requerimento alegou estar "cultivando umas terras que até esse tempo nunca tiveram dono nem cultura, no sertão que vai, da encruzilhada a Iruoca"), consta que as terras já estavam no roteiro dos Bandeirantes comandados por André Leão desde 1601. O lugarejo teve o seu primeiro registro da agricultura em 1730, na região de São José de Favacho, e em 1736 Manoel da Costa Gouvêa e outros requerem licença para construir um atalho no caminho velho de São Paulo, "princiando no sítio de Manoel de Sá, aonde chamavam A Encruzilhada, continuando-o até entrar no caminho novo dos Goiases".

Em 1758 foi construído um cemitério no local, que atendia aos fazendeiros e colonos da região, e em 1761 foi benta a capela da Fazenda do Favacho, onde eram balizados os membros da família Junqueira (1º de janeiro). No ano de 1805, tem-se o primeiro registro da presença da pecuária na região, com a chegada de algumas cabeças de gado leiteiro do tipo Holandês.

Em 1822 o local já é mencionado em livros da paróquia de Baependi como Bairro da Encruzilhada. No ano de 1827, foi erguida nas terras da Encruzilhada a Casa Grande de Traituba (nome que significa "Pedra de Deus" ou "do Criador" em Tupi-Guarani), construída especialmente para receber a visita do Imperador Dom Pedro I. A visita nunca se concretizou, mas o lugarejo ganhou uma das mais majestosas construções do Brasil Império.

Em 1858, foi construído o primeiro comércio, de propriedade de Manoel Domingues Maciel, que atendia a fazendeiros e viajantes. Numa colina chamada Serrinha, Manoel Domingos se estabeleceu e, segundo a tradição, ali surgiu o povoado O arraial que se formou no sítio do "Capitão", desenvolveu-se ao redor da Capela de São Sebastião, edificada em 1861-62, por António Pinto Ribeiro.

Em 1873, já com o nome de São Sebastião da Encruzilhada, o arraial passou a ser distrito de Baependi, pela lei nº 1.997, de 14 de novembro. Delimitada sua área, o distrito desmembra 508 Km² do município de Baependi. Em 1874, é criada a Paróquia de São Sebastião da Encruzilhada, sendo seu primeiro vigário o Padre João Cândio dos Reis Meireles. No ano de 1876, acontece a primeira instalação de água potável no distrito, feita sob a supervisão do vigário da paróquia, o Padre João Cândio e do Sr. Manoel Domingues Maciel. Tendo como base da economia a produção de fumo, cana-de-açúcar e cereais, o distrito já tinha, em 1878, uma Agência de Correios. Duas salas de

aula ofereciam, separadamente, como mandavam os bons costumes da época, as primeiras lições para alunos e alunas da localidade. Em 1886, Mons. João Câncio dos Reis Meireles, Pároco do povoado, cria o colégio São Sebastião, que foi entregue à direção do professor Afonso Celso Ferreira. A partir daí, esta escola adquiriu grande reputação pela seriedade do seu sistema de ensino, atraindo alunos de todo o sul do Estado e até mesmo das capitais mais próximas.

No ano de 1914, em 7 de setembro, é fundado o Clube Recreativo Encruzilhadense e em 4 de julho de 1915 é fundado o primeiro clube esportivo do distrito, o Sete de Setembro Futebol Clube. 1918 foi o ano de fundação da primeira casa de saúde do povoado, denominada "Casa da Caridade". Em 1920, foi construída a hidrelétrica que levou luz para as ruas do distrito, com então 1.500 habitantes. Diante do acelerado desenvolvimento do povoado, em 1937, o lugarejo foi elevado à categoria de Vila.

Mais tarde, em 1938, o distrito teve seu nome reduzido para Encruzilhada pela Lei nº148, de 17 de Dezembro. Em 1939, estudantes, autoridades e a banda de música foram às ruas receber o então presidente da República, Getúlio Vargas, que vinha acompanhado do governador, Benedito Valadares, ambos em direção à capital. Em 1943, o distrito passa a se chamar Cruzília por força do decreto-lei n.º 1.058, de 31 de dezembro e, cinco anos depois, torna-se município pela Lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948, conquistando a emancipação de Baependi e iniciando uma nova história política e administrativa. Em 1º de janeiro de 1949, quando o município é instalado solenemente, em sessão realizada no salão de festas do antigo Colégio Estadual São Sebastião.

(Fonte: <http://paroquiadecruzilia.com.br/portal/index.php/paroquia-cruzilia> acessado em 20.02.2014).

Os três históricos apresentados anteriormente apontam uma das primeiras tensões e conflitos vivenciados no início da pesquisa em que cabem reflexões, respectivamente, sendo eles os históricos mostrados como exemplos nos sites do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Prefeitura Municipal de Cruzília e Paróquia de Cruzília. Ficou perceptível a semelhança e predominância nos registros das histórias escritas que são repassadas, quais os sujeitos coletivos que as escreveram e que menções fazem nos trechos descritos. Nota-se na leitura uma forte herança da era colonial e a ligação com os atos da coroa, como também uma forte presença da instituição da Igreja. O que há de se pensar e refletir é que nenhuma história escrita é absoluta e única. Ainda mais se tratando de uma história tradicional, em que as contribuições de outros sujeitos, individuais e/ou coletivos, para a história local sequer são lembradas e consideradas. A história de uma localidade ou nação não se faz com uma, duas ou três pessoas, mas sim com a vivência e convivência de todos(as). Tal análise e reflexão não é minha área de estudos e o foco principal da pesquisa, mas fica como importante sugestão para aprofundamentos de estudos, pois então frente a essa tensão e reflexão, serão esses nossos únicos e ditos históricos de Cruzília!?

1.2. Situando o local e região de pesquisa:

Algumas informações ajudam a imaginar o município de Cruzília. Com uma população residente apurada no censo de 2010 de 14.591, destes 13.286 residem na zona urbana e 1.305 residem na zona rural, e estimou-se uma população de 15.227 habitantes em 2013. Da população apurada em 2010, os homens aparecem com um total de 7.245, sendo 6.523 residindo na área urbana, e 722 na área rural. As mulheres aparecem com um total de 7.346, sendo 6.763 residindo na área urbana e 583 na área rural. O município possui um território com área total de 523,470 km², com uma densidade demográfica de 29,2 hab./km². Apresenta uma altitude de 1.475 metros, com clima considerado tropical de altitude. (Fonte: <http://www.cruzilia.mg.gov.br/site/dados-gerais.html> acessado em 20.01.14).

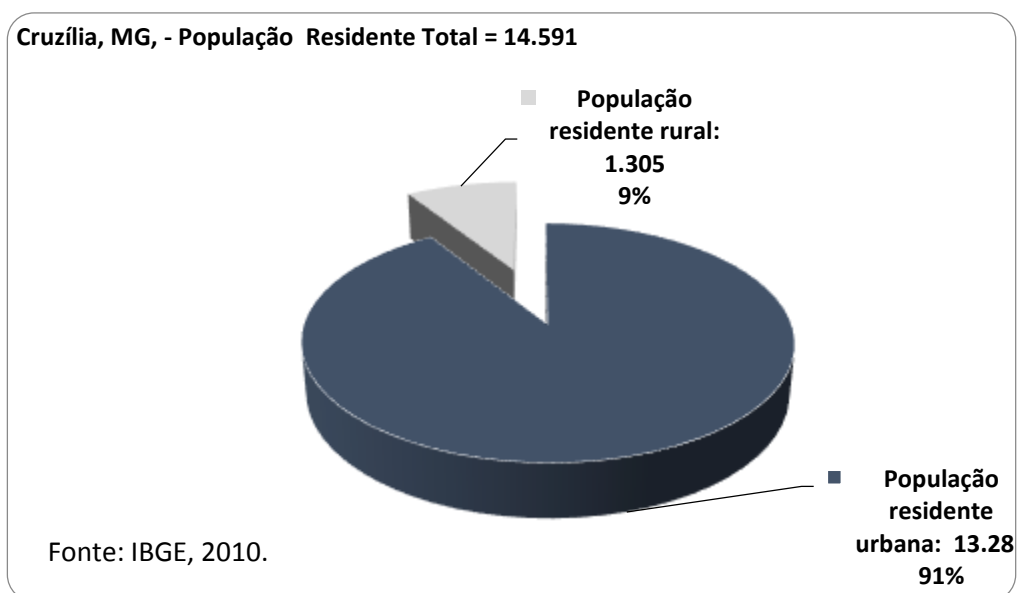


Gráfico 1. População de Cruzília: distribuição entre residência urbana e rural.

Mapa de localização do município de Cruzília:



Fonte: www.google.com.br , www.cruzilia.mg.gov.br

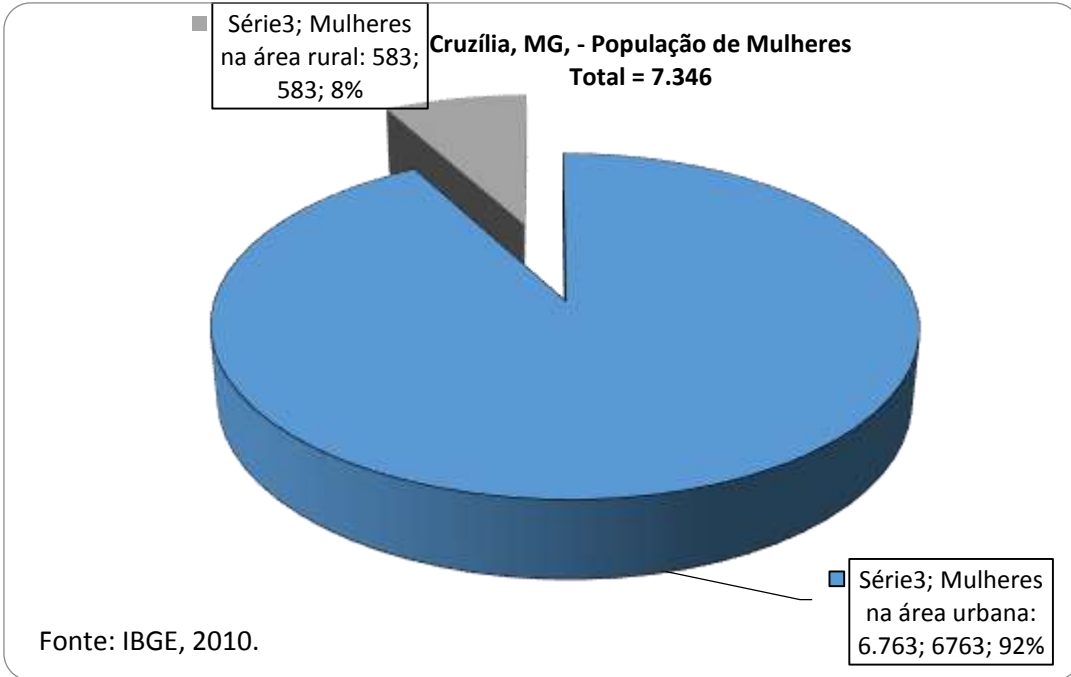
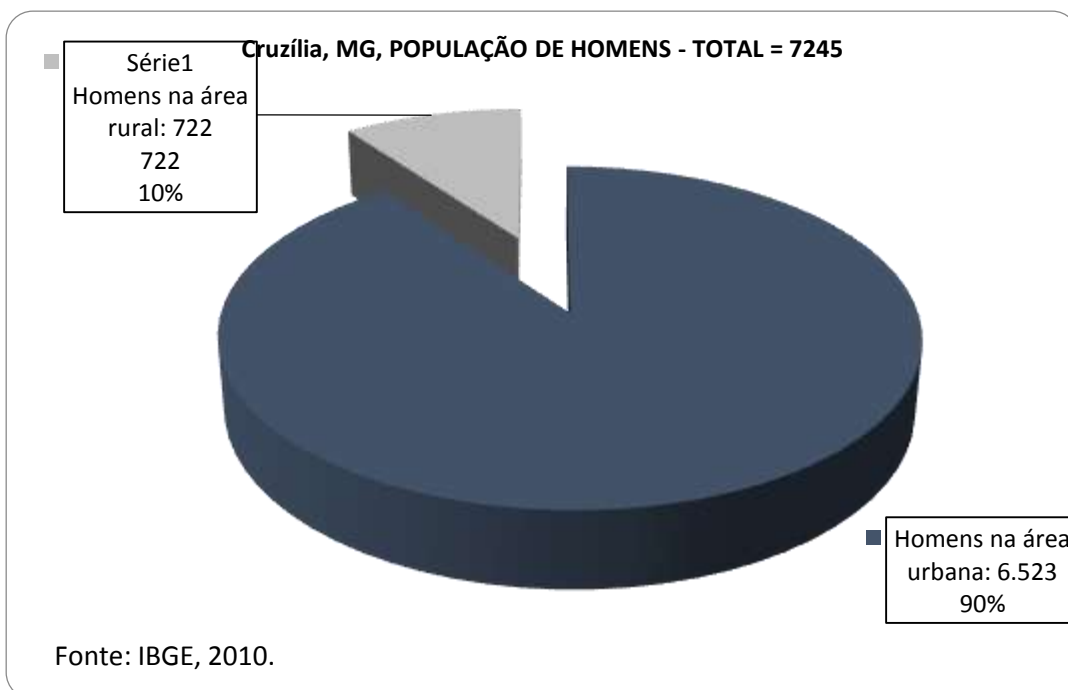


Gráfico 2. População de Mulheres em Cruzília: distribuição entre residência urbana e rural.

Gráfico 3. População de Homens em Cruzília: distribuição entre residência urbana e rural.



1. 3. Análise de dados da pesquisa de campo e bibliográfica da estrutura agrária do município de Cruzília:

Em levantamento feito em minha pesquisa de campo e bibliográfica, por meio de uma entrevista com engenheiro agrônomo, para analisar a estrutura agrária do

município constatei que o valor do módulo fiscal¹ é de 30 hectares, que é diferente do módulo rural².

No geral o sistema de apropriação se subdivide na maioria sendo grande parte de proprietários e uma pequena parte de meação (parceria) e arrendamento. Não tomei conhecimento de nenhum caso de posse da terra.

Em análise da estratificação dos imóveis rurais (prédio/propriedade rústica de área contínua), de acordo com os estratos do INCRA verifiquei que em nosso município predominam como maioria o minifúndio com 470 imóveis totalizando uma área de 5.900,10 ha; e pequena propriedade produtiva com 40 imóveis com uma área de 2.191,50 ha, e não produtiva 125 imóveis com uma área de 7.295,80 ha; e 47 imóveis não classificados com área de 2.587,60 ha. De acordo com o INCRA aparece com menor número a média e grande propriedade.

Sendo a média propriedade produtiva com 16 imóveis com área de 3.830 ha, e não produtiva 35 imóveis com área de 8.865,80 ha.

A grande propriedade produtiva com 3 imóveis com área de 3.122,60 ha, e não produtiva com 15 imóveis com área de 9.402,20 ha. Totalizando 751 imóveis rurais.

	Propriedade Produtiva	Propriedade Não Produtiva	Não classificadas	Total
Minifúndio	-----	-----	470	470
Pequena propriedade	40	125	47	212
Média propriedade	16	35	-----	51
Grande propriedade	3	15	-----	18
Total	59	175	517	751

Tabela 1. Análise de dados das propriedades do município de Cruzília, estratificação dos imóveis rurais/INCRA.

1 - Módulo fiscal é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município.

2 - Módulo rural é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização. (Fonte: <http://www.incra.gov.br/qual-e-a-diferenca-entre-modulo-rural-e-modulo-fiscal> acessado em 25.02.2014.)

Segundo o art. 6º da Lei nº 8.629/93 considera-se como propriedade produtiva:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

I - para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

II - para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

III - a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área efetivamente utilizada e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração.

§ 3º Considera-se efetivamente utilizadas:

I - as áreas plantadas com produtos vegetais;

II - as áreas de pastagens nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo;

III - as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea, e a legislação ambiental;

IV - as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente;

V - as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes

V - as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes, tecnicamente conduzidas e devidamente comprovadas, mediante documentação e Anotação de Responsabilidade Técnica. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 4º No caso de consórcio ou intercalação de culturas, considera-se efetivamente utilizada a área total do consórcio ou intercalação.

§ 5º No caso de mais de um cultivo no ano, com um ou mais produtos, no mesmo espaço, considera-se efetivamente utilizada a maior área usada no ano considerado.

§ 6º Para os produtos que não tenham índices de rendimentos fixados, adotar-se-á a área utilizada com esses produtos, com resultado do cálculo previsto no inciso I do § 2º deste artigo.

§ 7º Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie.

§ 8º São garantidos os incentivos fiscais referentes ao Imposto Territorial Rural relacionados com os graus de utilização e de eficiência na exploração, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. (Incluir a referência da lei)

Frente a todos esses critérios estabelecidos de classificação ou categorização de uma propriedade produtiva resta aqui questionar se no momento de levantamento e registro de dados estatísticos todos esses pontos são levados em conta em respeito

a citada lei e de que forma são interpretados e aplicados. Porque os minifúndios e algumas pequenas propriedades não são classificadas e desconsideradas na apresentação dos dados, se na realidade observa-se ainda no município muitas propriedades produtivas, classificadas entre minifúndios e pequenas propriedades, e que também trazem consigo lugares de presença de vida para além do mero produzir capitalista, mas acima de tudo produção de vida, cultura e saberes, como nos diz FERNANDES e MOLINA (2004):

Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas.

Por essas razões é que afirmamos a Educação do Campo como um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida. (FERNANDES e MOLINA, 2004. p. 63)

O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº 8.629/93, sendo:

Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo rural; O conceito de minifúndio está atrelado ao módulo rural, variável de acordo com o tipo de exploração.

Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

Média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais;

Grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

O tamanho do módulo fiscal, em hectares, para cada município está fixado na Instrução Especial de 1980 do INCRA¹.

Em comparação com o Censo Agropecuário (IBGE², 2006) foram registrados 465 estabelecimentos agropecuários (toda unidade de produção agropecuária, florestal ou aquícola independente da localização e área), totalizando uma área de

1 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Especial/Incrá/nº 20, de 28 de maio de 1980, Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980.

2 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

33.124 ha. As lavouras temporárias totalizam uma área de 4.174 ha em 328 estabelecimentos, superando as lavouras permanentes que possuem área de 1.036 ha em 188 estabelecimentos. Nas criações de animais predominam as de

estabelecimentos com bovinos no total de 371, com um número de 22.126 cabeças de gado. Observa-se na análise dos dados do INCRA e IBGE uma diferenciação de denominação entre imóvel rural e estabelecimento agropecuário por definições e critérios próprios dos referidos órgãos públicos, que refletem na diferença das estatísticas.

O INCRA considera imóvel rural com embasamento no Estatuto da Terra e Lei nº 8.629/93 que definem:

Estatuto da Terra, Lei n. 4504/64:

(...) Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

Lei n. 8.629/93:

"Art. 4º - Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

I – Imóvel rural, o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa, vegetal, florestal ou agroindustrial."

Conforme o IBGE o conceito de estabelecimento agropecuário adotado se define como:

todo terreno de área contínua, independentemente de tamanho ou situação (urbana ou rural), onde se processa uma exploração agropecuária com a finalidade de comercialização (venda ou troca), ou seja:

- a) cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores;*
- b) criação, recriação ou engorda de animais de grande, médio e pequeno porte;*
- c) exploração de matas e florestas plantadas (silvicultura) e;*
- d) extração ou coleta de produtos vegetais (madeira, látex, lenha, babaçu e outros).*

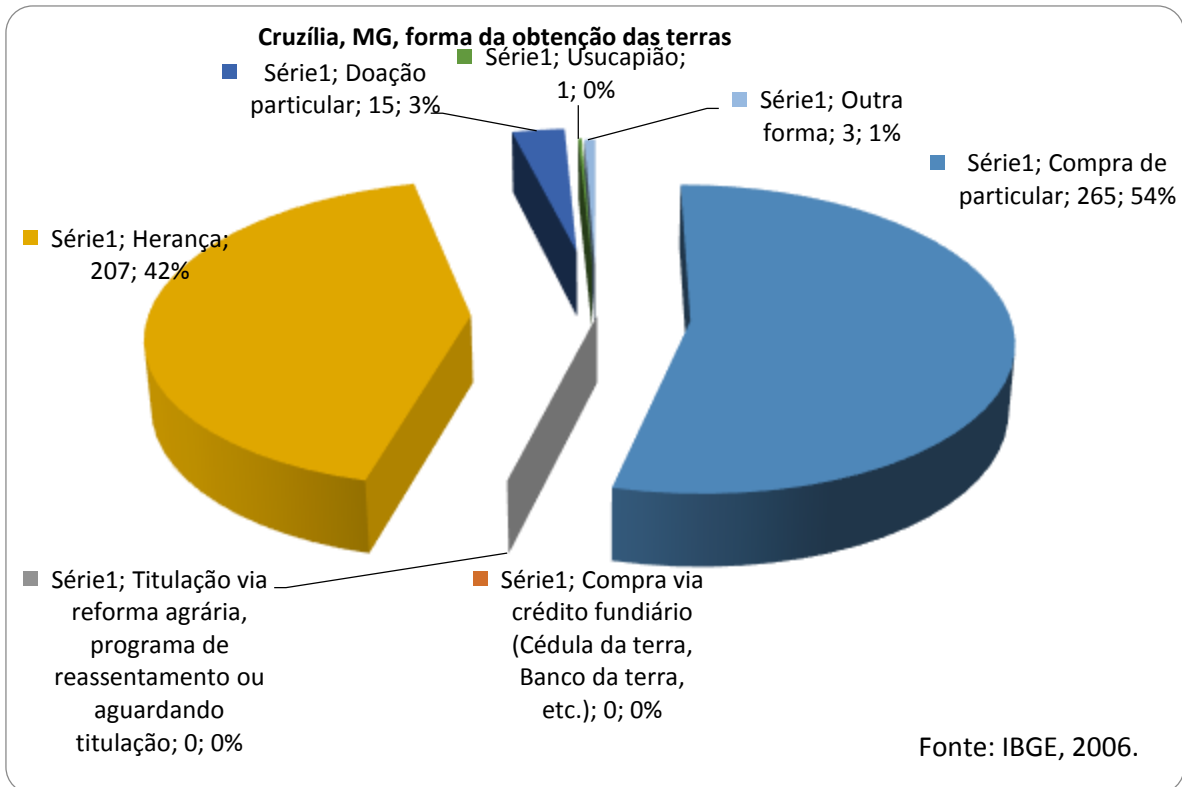


Gráfico 4. Análise da forma da obtenção das terras no município de Cruzília.

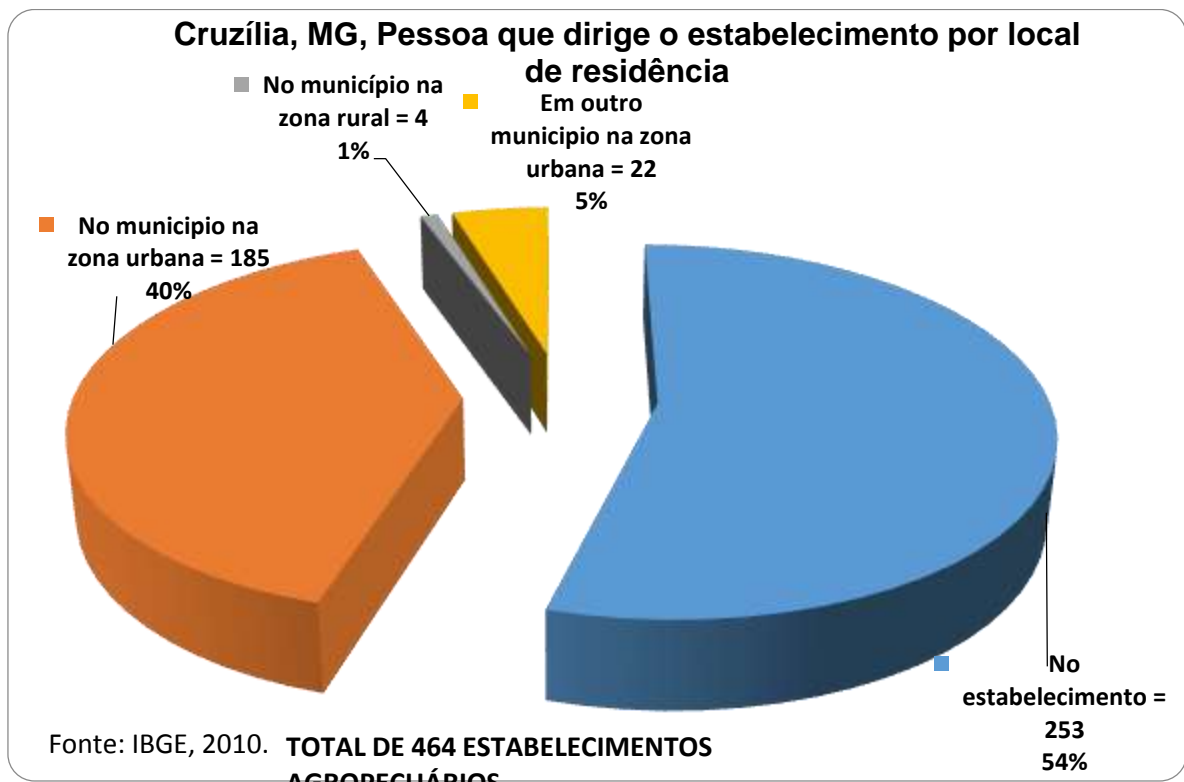


Gráfico 5. Análise da pessoa que dirige o estabelecimento agropecuário por local de residência.

Apesar das estatísticas, constatamos claramente que embora o êxodo rural seja alto nas últimas décadas, existem pessoas que residem no meio urbano, mas tem suas atividades concentradas no meio rural, conforme o Gráfico 5.

1.4. Escola Família Agrícola

A pesquisa histórica do movimento dos Centros Educativos Familiares de Formação em Alternância (CEFFA) e das Escolas Famílias Agrícolas (EFA) nos apresenta um

Denominador comum e diversidade de situações: eis aqui um dos elementos fundamentais do movimento dos CEFFA (...). Numa situação tão diversa como a que se encontra o nosso planeta, com uma realidade de globalização onde sobressai a necessidade de humanização, nos encontramos com pessoas de mais de 40 países, capazes de apoiar-se mutuamente – dentro de suas possibilidades – para continuar desenvolvendo suas atividades de bem comum a favor dos jovens e das famílias do Meio Rural onde se encontram tais centros. (PUIG, P. 2010, p. 109.)

O movimento das EFA nasceu em 1935 em um pequeno vilarejo na França. A partir da iniciativa de agricultores que, de um lado, prestaram atenção na provocação de um adolescente descontente que rejeitava a escola na qual tinha sido matriculado na cidade e, de outro, estavam atentos ao seu meio que queriam promover e desenvolver.

Então, fora de estruturas escolares estabelecidas e sem referência a qualquer teoria pedagógica, eles imaginaram um conceito de formação que permitiria a seus filhos terem acesso a educação, formação e preparação para suas futuras profissões. Eles inventaram uma forma de escola que seus filhos não recusariam, porque ela responderia às suas necessidades fundamentais nessa idade da adolescência, ou seja, agir, crescer, ser reconhecido, assumir um lugar no mundo dos adultos, adquirir papéis e responsabilidades. Criaram uma estrutura de formação que seria da responsabilidade dos pais e das forças sociais locais, na qual os conhecimentos a adquirir se encontrariam, sem dúvida, numa escola, mas também e antes de tudo na vida cotidiana, na produção agrícola e na comunidade. Eles inventaram uma fórmula de escola baseada na Pedagogia de Alternância e que proporciona uma partilha do processo educativo entre os estudantes, os pais e os formadores da escola.

Sendo chamada de EFA (Escola Família Agrícola) foi construída uma metodologia apropriada: a Alternância. É uma lógica de organização da escola onde

a vida também ensina. O estudante alterna uma semana ou quinzena de formação junto com a família, com uma semana ou quinzena na escola. O estudo na EFA parte da experiência do jovem em seu meio familiar, comunitário e profissional. A cada ida para a escola a experiência é valorizada, refletida, analisada, aprofundada e sistematizada. A cada retorno para a família, o jovem e a jovem devem aplicar os novos conhecimentos, através de ações concretas, seja na família ou na comunidade, seja a nível social ou profissional.

A forma de ensino chamou a atenção nas redondezas e se expandiu. Assim, a iniciativa de um pequeno vilarejo na França se espalhou, por inúmeras municípios e comunidades em todos os continentes, presentes hoje em cerca de 40 países, com mais de mil e trezentas escolas.

No Brasil o movimento das Escolas Famílias Agrícolas teve início no ano de 1968, no sul do Estado do Espírito Santo, buscando responder aos grandes problemas que assolam o nosso campo.

Rapidamente a novidade se espalhou pelo país. Hoje são cerca de 200 EFAs em funcionamento e 40 outras em implantação, estabelecimentos organizados através da UNEFAB – União Nacional das EFAs do Brasil. Beneficiando cerca de 20.000 estudantes e 100.000 agricultores e famílias. As escolas formaram mais de 50.000 adolescentes e jovens, e destes 65% permanecem no campo nas mais diversas atividades. (Fonte: www.unefab.org.br acessado em 21.03.2014).

Em Minas Gerais, as escolas são coordenadas e assessoradas também pela AMEFA, criada em 1993, que é a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas situada em Belo Horizonte. Minas possui atualmente 18 EFAs em funcionamento e outros projetos em andamento para criação de escolas, mais de 2.000 estudantes, mais de 2.000 ex-estudantes, mais de 1.500 famílias associadas, mais de 200 comunidades rurais atingidas e mais de 100 municípios atendidos. (Fonte: [HTTPS://amefa.wordpress.com](https://amefa.wordpress.com) acessado em 21.03.2014 e Proposta político pedagógica da Escola Família Agrícola de Cruzília, pág. 17, 18, 19, 20 e 21, 2006)

1.5. Retrospecto histórico da inserção da concepção de educação do campo com a Escola Família Agrícola de Cruzília

Relatório de pesquisa histórica das principais atividades da Associação e Escola Família Agrícola de Cruzília, no período de 2002 a 2013.

No nosso município de Cruzília foi idealizada e criada em 2002, a AEFAC – Associação Escola Família Agrícola de Cruzília por meio da participação de famílias, profissionais e entidades que buscam contribuir para a promoção e o desenvolvimento do meio rural, através de uma formação que estimule o espírito solidário. A Associação tem como objetivo principal manter o bom funcionamento da Escola Família Agrícola de Cruzília, a fim de atender adolescentes e jovens do meio rural de Cruzília e região. A Associação vem trabalhando nos últimos anos na elaboração de projetos, na busca de parcerias e convênios que contribuam com essa iniciativa importante e prioritária de fortalecimento de nossa educação, para que assim o projeto EFA se desenvolva em nossa cidade e região.

Por meio de um convênio com a Prefeitura Municipal de Cruzília foi cedida por comodato a propriedade da Chácara Municipal Dr. José Orígenes Penha, com endereço na Estrada Cruzília/Cachoeirinha, km 2 – Comunidade Rural da Ponte Funda – para construção e instalação da Escola Família Agrícola de Cruzília. É uma pequena propriedade com 4,5 há que possui: um área com pomar, uma horta com 1000 m², uma área com implantação de viveiro de mudas; uma pocilga e uma área com tanques para piscicultura.

A Escola Família Agrícola de Cruzília, em seu primeiro ano de funcionamento (2006), atendeu a 25 (vinte e cinco) adolescentes e jovens dos municípios de Cruzília, Baependi, Caxambu, Minduri, Aiuruoca e São Thomé das Letras, na 1ª série do curso de ensino médio e profissionalizante – técnico em agropecuária.

Nestes oito anos de funcionamento formou seis turmas, no total de 88 jovens egressos, e destes cerca de 80 a 90% estão inseridos no mercado de trabalho na área do curso, continuaram os estudos a nível superior ou desenvolvem alguma atividade junto a suas famílias; dos demais 10% não foi obtido contato e informação.

Atualmente no ano de 2013 a Escola atende 43 (quarenta e três) adolescentes e jovens de nove municípios do sul de Minas, sendo eles: Cruzília, Carmo da Cachoeira, Minduri, Aiuruoca, São Thomé das Letras, Luminárias, Ingaí, São Bento Abade e Madre de Deus de Minas, na 1ª, 2ª e 3ª séries do curso de ensino médio e profissionalizante – técnico em agropecuária, na pedagogia de alternância.

Nestes anos de funcionamento também foram desenvolvidas atividades com parcerias da Escola como forma de colaborar na formação integral dos estudantes e também contribuir na prestação de serviços à comunidade, com as tensões e conflitos presentes na concepção de educação do campo:

Tabela 2. Principais atividades desenvolvidas pela Escola Família Agrícola de Cruzília e suas parcerias, entre os anos de 2006 e 2013.		
(em ordem cronológica inversa)		
Curso/Evento/Atividade: Realização do curso de agricultor agroflorestal do PRONATEC/CAMPO	Instituição(ões) parceiras: IF SUL DE MINAS.	Mês/Ano: JUN A NOV/2013
Curso/Evento/Atividade: Realização do Projeto Estação Digital de revitalização do telecentro comunitário no laboratório de informática da Escola, com disponibilização de 10 (dez) computadores e sinal de internet para estudantes e professores.	Instituição(ões) parceiras: Fundação Banco do Brasil, Fundação Conscienciarte e EFA Cruzília.	Mês/Ano: JUN/2013
Curso/Evento/Atividade: Participação da direção da Escola como palestrante no I Fórum de Educação do Campo no sul de Minas em Brasópolis/MG. Tema: Escola Família Agrícola, Pedagogia de Alternância e Educação do Campo.	Instituição(ões) parceiras: IF SUL DE MINAS, EMATER, PREFEITURA DE BRASÓPOLIS/MG.	Mês/Ano: MAI/2013
Curso/Evento/Atividade: Realização do curso de formação por competência em equideocultura. (2ª turma)	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZILIA, SENAR E ABCCMM	Mês/Ano: DEZ/2012
Curso/Evento/Atividade: Participação no Projeto de Intercâmbio: Vozes da África. Temas: EFA de CRUZÍLIA, Pedagogia de Alternância e Educação do Campo. Visita de intercâmbio na EFA DE CRUZÍLIA de 04 (quatro) Delegações da República Democrática do Congo - África. 60 (sessenta) integrantes ao total.	Instituição(ões) parceiras: UFLA – Universidade Federal de Lavras e EFA CRUZÍLIA	Mês/Ano: NOV/2011 MAR/2012 AGO/2012 NOV/2012

Curso/Evento/Atividade: Participação de estudante da Escola na IV Jornada Nacional do Jovem Rural	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZILIA e AMEFA	Mês/Ano: AGO/2012
Curso/Evento/Atividade: Realização do II Encontro Técnico da Escola Família Agrícola de Cruzília e 3º Encontro sobre Qualidade do Ambiente. Tema: Água: Consumo Consciente	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZÍLIA, UFV - Universidade Federal de Viçosa e UFLA – Universidade Federal de Lavras.	Mês/Ano: NOV/2011
Curso/Evento/Atividade: Participação no II Encontro das Mulheres Agricultoras de Cruzília	Instituição(ões) parceiras: UFLA, EMATER, PSF RURAL E EFA CRUZÍLIA	Mês/Ano: OUT/2011
Curso/Evento/Atividade: Realização do Curso de formação por competência em equideocultura.(1ª turma)	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZILIA, SENAR E ABCCMM	Mês/Ano: JUL/2011
Curso/Evento/Atividade: Participação da direção e monitor da Escola no II EMEC - Encontro Mineiro de Educação do Campo	Instituição(ões) parceiras: FAE / UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	Mês/Ano: JUL/2011
Curso/Evento/Atividade: Participação da direção da Escola como palestrante no CONEX - Congresso de Extensão da UFLA – Universidade Federal de Lavras. Tema: Escola Família Agrícola de Cruzília, Pedagogia de Alternância e Educação do Campo.	Instituição(ões) parceiras: UFLA – Universidade Federal de Lavras	Mês/Ano: JUN/2011
Curso/Evento/Atividade: Participação na palestra: Potencial de mercado de hortifrutigranjeiros no município de Cruzília-MG	Instituição(ões) parceiras: UFLA - Universidade Federal de Lavras	Mês/Ano: MAI/2011
Curso/Evento/Atividade: Participação de monitores/professores e estudantes na Reunião Regional da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência	Instituição(ões) parceiras: UFLA - Universidade Federal de Lavras	Mês/Ano: SET/2010
Curso/Evento/Atividade: Participação de monitor/professor da Escola no Curso de Gestão Ambiental no município – criação dos conselhos municipais de meio ambiente – CODEMAS	Instituição(ões) parceiras: UFLA - Universidade Federal de Lavras	Mês/Ano: SET/2010

Curso/Evento/Atividade: Realização do II Seminário de Capacitação de Jovens e Agricultores Familiares na Escola Família Agrícola de Cruzília.	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZÍLIA E UFLA - Universidade Federal de Lavras	Mês/Ano: AGO/2010
Curso/Evento/Atividade: Realização do I Seminário de Capacitação de Jovens e Agricultores Familiares na Escola Família Agrícola de Cruzília.	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZÍLIA E UFLA - Universidade Federal de Lavras	Mês/Ano: JUN/2010
Curso/Evento/Atividade: Realização da I Semana Técnica da Escola Família Agrícola de Cruzília	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZÍLIA, EMATER.	Mês/Ano: SET/2009
Curso/Evento/Atividade: Participação de monitores/professores no EMEC - Encontro Mineiro de Educação do Campo	Instituição(ões) parceiras: FAE / UFMG – Universidade Federal de Lavras	Mês/Ano: JUL/2009
Curso/Evento/Atividade: Participação no Seminário Estadual da Pedagogia de Alternância e Educação do Campo	Instituição(ões) parceiras: AMEFA/MG	Mês/Ano: JUN/2009
Curso/Evento/Atividade: Participação de monitores/professores na Formação inicial em Pedagogia da Alternância	Instituição(ões) parceiras: AMEFA / MG	Mês/Ano: 2008
Curso/Evento/Atividade: Participação de monitor e estudante na II Jornada Nacional do Jovem Rural em Brasília(DF) e Luziânia (GO)	Instituição(ões) parceiras: AMEFA	Mês/Ano: 2007
Curso/Evento/Atividade: Participação como entidade proponente no programa PAA – programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, atendendo 16 (dezesesseis) famílias de produtores(as) e agricultores(as) do município, e beneficiando as seguintes entidades: Lar da Criança, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Hospital - Associação Filhas de São Camilo e Asilo Recanto Ozanam (Vicentinos).	Instituição(ões) parceiras: EFA CRUZÍLIA, CONAB, MDA.	Mês/Ano: JUN/2006

Fonte: arquivo da Associação e Escola Família Agrícola de Cruzília

A AEFAC – Associação Escola Família Agrícola de Cruzília, entidade mantenedora, e a Escola Família Agrícola de Cruzília buscam a associação de famílias com o objetivo coletivo comum de promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio da formação crítica, participativa e construtiva do jovem do campo.

Portanto podemos considerar que a inserção da concepção de educação do campo no município de Cruzília, demais atendidos pela Escola e nas relações de parceria está intimamente atrelada as atividades da Escola Família Agrícola de Cruzília e a Alternância numa lógica dialética, e é claro que não se tem a pretensão de resposta única e definitiva na questão abrangente e diversificada da educação do campo, mas como nos diz FREIRE: *“Nenhuma resposta é definitiva”*. O trabalho está voltado para apresentar outras possibilidades, outras alternativas, outros horizontes, outras verticalidades, outras oportunidades e questioná-las sempre, com base nos princípios ação-reflexão-ação.

É por esse motivo que devemos continuar questionando sempre, pois perguntar é a própria essência do ato de conhecer. Ele também comentou que, muitas vezes, os professores autoritários acabam reprimindo as perguntas de seus alunos ou, ainda, respondem as perguntas que os alunos não se fazem; por isso, todo professor autoritário é chato, sem graça e trata seus alunos como se eles não existissem. Agindo assim, o que eles conseguem é sufocar o gosto de perguntar, de pesquisar e de conhecer. (GADOTTI, 1989, p. 97).

Capítulo 2: Investigação e análise dos conflitos e tensões vivenciados na territorialidade da Escola Família Agrícola de Cruzília, sul de Minas Geras.

A inserção da concepção de educação do campo na territorialidade da Escola Família Agrícola está intimamente ligada às suas atividades desde o início de sua história, e atividades essas desenvolvidas no âmbito de um território específico e identificado aqui, o território do município de Cruzília no Sul de Minas Gerais, que traz consigo consequentemente conflitos e tensões em suas relações, que merecem a dedicação de estudos, investigação e análise. É a partir desse ponto que parte esse recorte da pesquisa, assim como nos fala Fernandes e Molina:

O campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, aqui definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais. O conceito de território é

fundamental para compreender os enfrentamentos entre agricultura camponesa e o agronegócio, já que ambos projetam distintos territórios. (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 53)

2.1. Breve análise conjuntural da reforma agrária no Brasil atualmente e seus reflexos nas tensões e conflitos vivenciados em Cruzília e região do Sul de Minas:

Quando analisamos o conceito geral de reforma agrária podemos considerar que é o sistema que serve para regular e promover a divisão dita justa de terras em um estado. No caso do Brasil uma das principais preocupações é a de reparar séculos de uma distribuição de terras injusta e de caráter de colonialidade de exploração que se apresenta muitas vezes até aos dias de hoje. Todo esse processo histórico tem causado diferenças exorbitantes entre grandes detentores de grandes porções de terras mais conhecidos como latifundiários e as pessoas que se quer possuem onde viver, residir e produzir.

A Reforma Agrária no Brasil realizada pela União consiste basicamente na compra ou a desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos em diversas áreas da federação, e sob a figura do Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, faz a distribuição e loteamento dessas terras às famílias que recebem esses lotes, como também presta uma assistência financeira, de consultoria e de insumos para que possam produzir nessas terras.

É notório que muito daquilo que existe de embasamento legal na questão de reforma agrária não acontece efetivamente na prática, e muitas leis ficam esquecidas e inaplicáveis, deixando de assistir direitos àqueles que de fato necessitam.

Na região de meu município de Cruzília, no sul de Minas Gerais, é perceptível a presença e a crescente expansão de uma reforma agrária de mercado – RAM, que controla tanto grandes como pequenos e médios agricultores; e se quer dá chance para aqueles que necessitam, mas não têm nenhum tipo de posse de terras. É um modelo altamente excludente que coloca como única alternativa a adesão ao seu modo de apropriação, exploração, produção e comercialização de produtos do primeiro setor da economia.

(...) A RAM consiste na liberação de linhas de crédito para compra de terras com o objetivo de combater a pobreza no campo e a concentração de terras.

(...) (DA SILVA e JUNIOR, 2012. p. 01).

(...) Atualmente a RAM está inserida em 21 estados da federação, no entanto em Minas Gerais os projetos estão concentrados em determinadas mesorregiões, como o Sul de Minas e a Zona da Mata, áreas em que a luta pela terra se faz moderada. Assim como nos demais estados do país, em Minas Gerais a implantação dos projetos RAM não ocorreu de forma diferente e a criação de assentamentos rurais tem levado a um processo de insolvência e endividamento, comprometendo assim as atividades produtivas e o eventual sucesso das famílias de agricultores.

Diante de tal processo, é possível afirmar que a RAM apenas reafirma as condições para a renovação do acordo de poder vigente, entre o Estado e os grandes latifundiários. Afinal, o financiamento de terras sugere em uma transferência de poderes do governo federal para a escala local, implicando assim em uma desfederalização das ações políticas de reforma agrária, regulamentando-a nos moldes do mercado mediante a venda dos imóveis dos grandes fazendeiros. (DA SILVA e JUNIOR, 2012. p. 28).

Outra vertente que percebo na região é a que denominam de reforma agrária na família, ou como nos apresenta o movimento sindical a questão como sucessão rural. Seriam estes termos: reforma agrária na família e sucessão rural. Sinônimos? Esse fato descende das famílias numerosas em filhos(as) de antigamente e com médias e grandes extensões de terras, só que porém os descendentes de 2ª e 3ª gerações não conseguiram perpetuar suas tradições patriarcais. Consequentemente a isso esses também foram engolidos pela reforma agrária de mercado, seja na venda, arrendamento, aluguel ou outras formas de obtenção de suas terras, ou para grandes empresas do setor ou grandes proprietários externos que se apropriaram ou vem se apropriando de seus bens imóveis.

Analisando, há no Brasil muitas divergências principalmente na execução de uma política verdadeiramente de reforma agrária, principalmente devido ao modelo de desenvolvimento predador que o país é submetido, e por outro lado a verdadeira reforma agrária que interessa aos movimentos empenhados na luta de classes e que são atingidos pelas desigualdades da má distribuição de terras e renda.

O governo na tentativa de melhorias e respostas às justas reivindicações, principalmente dos movimentos sociais, tem desenvolvido uma política de reforma agrária ao longo de décadas, mas que caminha a passos lentos e com resultados sempre a longo prazo, ficando longe dos anseios de uma verdadeira revolução agrária tão sonhada por muitos e maioria.

É perceptível que em um país de fronteiras continentais e diferentes biomas, a política de reforma agrária necessita se atentar para essas pertinentes questões, e

que se adéqüe a cada realidade vivenciada, pois nunca uma reforma agrária acontecerá de maneira única e igual a todos que dela necessitam.

O Brasil há muito e muito tempo necessita se libertar do colonialismo impregnado em suas entranhas e tirar de vez o cabresto de suas cabeças e mentes para que políticas tão essenciais ao país quanto a reforma agrária aconteçam de fato e não meras especulações.

Tudo isso se torna cada vez mais preocupante e verídico quando analisamos os dados estatísticos de censos, como do IBGE e INCRA, que mostram que a situação agrária no país permanece praticamente inalterada nos últimos 20 - 30 anos. Simplesmente poucos com muito, e muitas vezes esse muito improdutivo; e muitos com quase nada.

2.2. Modelos de desenvolvimento do campo brasileiro e as tensões e conflitos vividos no contexto:

Em pesquisa bibliográfica foi analisado o trecho do artigo: Redistribuição espacial da população mineira: a emergência dos pequenos municípios, de Douglas Sathler, Geógrafo, doutorando em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG; e Glauco Umbelino, Geógrafo, mestre e doutorando em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG, com o título: Minas dos pequenos notáveis: a criação de “novas espacialidades” sob a ótica do Novo Rural que nos aponta:

No ano de 2000, os pequenos municípios de MG contavam com um contingente populacional de 6.744.466, que representa 37,66% da população total do estado. Considerando os municípios emancipados na década de 1990, verifica-se a existência de 753 municípios em MG com população inferior a 30.000 habitantes, que representa quase 90% do total de municípios do estado (853). Diante da evidente importância demográfica e territorial, parece claro a necessidade de estudos que levem em consideração as dinâmicas recentes, sobretudo, de um conjunto de pequenos notáveis, servindo de suporte para as ações dos planejadores e gestores de políticas públicas. Cada vez mais, é visível o impacto do aumento das atividades terciárias nessas localidades que, na perspectiva do chamado “Novo Rural”, oferece estímulos importantes para a atração e fixação de pessoas. (UMBELINO e SATHLER, 2005, p. 2).

Contesto aqui algumas das posições dos autores, sendo que a grande maioria dos municípios de minha região no sul de Minas com população inferior a 30.000 habitantes possuem, principalmente suas atividades ligadas diretamente às atividades

do campo, sejam elas econômicas, social, educacional, cultural e política, porém na maioria das vezes são desconsideradas na implementação de políticas públicas específicas para esses municípios. Não se pode desconsiderar o campo e o setor primário presentes nos pequenos municípios. Não se pode querer fazer uma “translocalização”, em busca de conquista de novas áreas, novos territórios, dos setores terciários nos inchaços dos grandes centros para esses pequenos municípios. Seria praticamente um novo modo de colonização com os setores da economia e subordinar todas essas populações ao mesmo modelo de desenvolvimento capitalista que satura as regiões metropolitanas e grandes centros urbanos. Suprimindo assim cada vez mais os setores primários tão essenciais a qualquer economia. O termo “fixação de pessoas” retrata uma “coisificação” das pessoas, do ser humano em si, visto também e única exclusivamente como mercadoria e produto, e não como ser humano. Esse não é o novo rural que sonhamos e precisamos.

O município de Cruzília e demais da região do sul de Minas se encaixam nessas estatísticas, mas ainda não há esse reconhecimento e consideração no modelo de desenvolvimento pensado e aplicado na prática, desconsiderando essa natureza e trabalhando sob uma imposição e visão extremamente diferentes como já visto anteriormente.

É considerável os temas e assuntos tratados, analisados e refletidos dentro dos modelos de desenvolvimento do campo brasileiro extremamente pertinentes e importantes, devido principalmente a proximidade e familiaridade das questões em meu dia a dia de vivência, história, atuação e trabalho relacionados a educação do campo. Estes são percebidos quando analisados da questão vinda do macro para o micro.

Posso citar como um exemplo a questão da presença de escolas no campo. No início do ano de 2013 convivemos por força maior com mais um fechamento de escola no campo da rede municipal, sendo perdida pela política de nucleação. Agora atualmente temos apenas duas escolas no campo. E analisando, somente uma escola que trabalha na linha de educação “do” campo que é a Escola Família Agrícola de Cruzília, pois a outra escola é municipal, sendo basicamente uma escola nos moldes da cidade com localização no meio rural. Todos os seus professores são da cidade seguindo uma linha de trabalho igual a das escolas urbanas.

Motivado e indignado diante de tal situação, repeti uma pesquisa que havia realizado em 2009 e fiz uma análise e comparação dos resultados, conforme tabela e gráfico apresentados a seguir:

Tabela 3. Análise e comparação de pesquisas da situação dos estudantes do campo, no município de Cruzília, sul de Minas, entre o ano de 2009 e o ano de 2014.

Município de Cruzília - Sul de Minas	Ano de 2009	Ano de 2014	Diferença do ano de 2009 para 2014 ≠	Porcentagem %
Quantidade de Estudantes/Alunos atendidos em escola do meio rural	131	59	72	Queda de 54,96%
Quantidade de escolas municipais em funcionamento no meio rural	3	1	2	Queda de 66,66%
Quantidade de Estudantes/Alunos transportados do meio rural para cidade	130	207	77	Aumento de 59,23%
Município de Cruzília - Sul de Minas	Décadas de 1960, 70, 80, 90 e 2000.	Ano de 2014	Diferença das décadas de 60, 70, 80, 90 e 2000 para 2014 ≠	Porcentagem %
Quantidade de Escolas Rurais em funcionamento (11 municipais e 4 estaduais)	15	1	14	Queda de 93,33%

Fonte: pesquisas monográficas em 2009 e 2014.

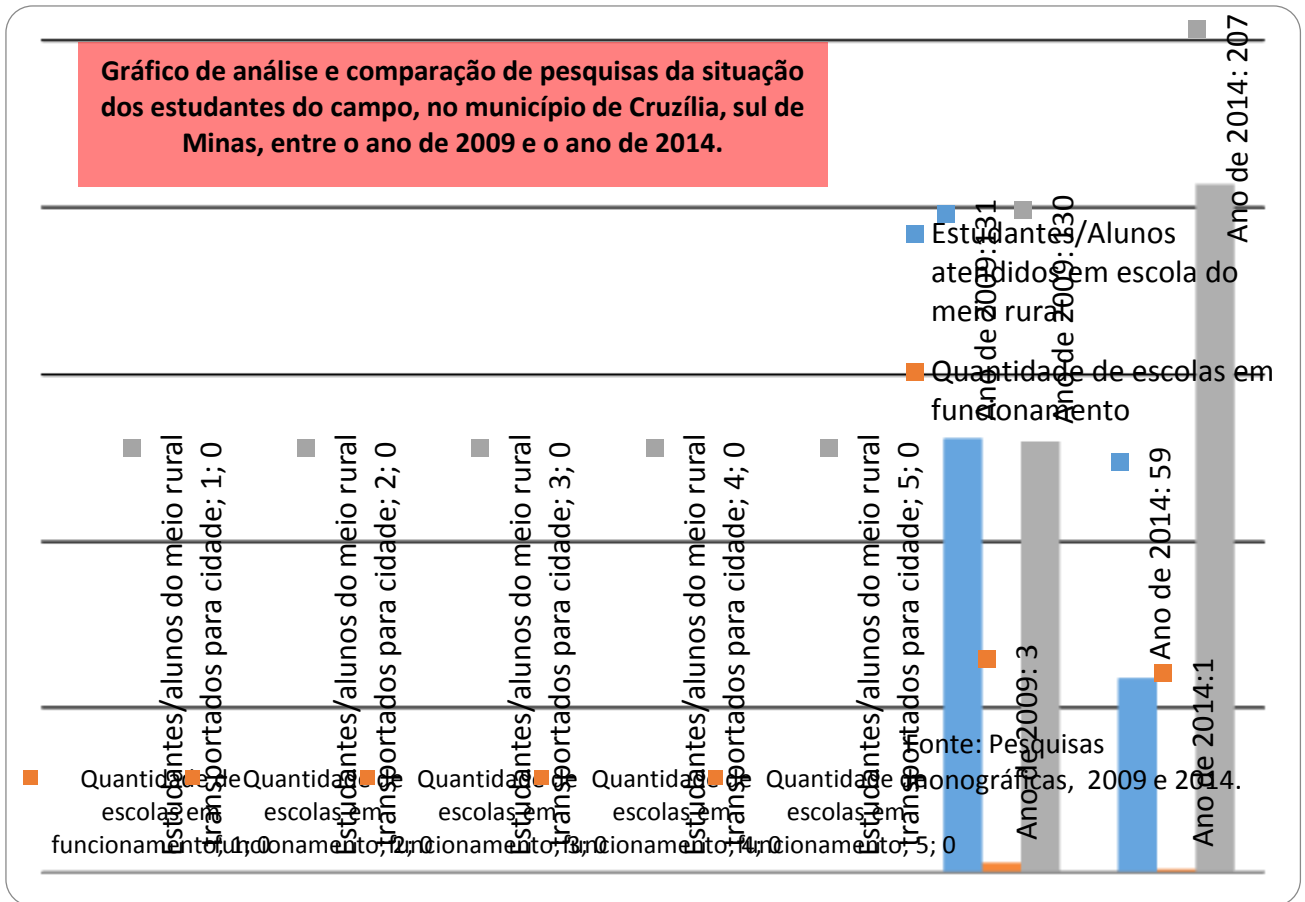


Gráfico 6: Análise e comparação de dados de pesquisas da situação dos estudantes do campo, no município de Cruzília, sul de Minas Gerais, entre os anos de 2009 e 2014.

Os dados das pesquisas nos mostram resultados claros da política educacional de nucleação e conseqüentemente fechamento de escolas no campo. Com o fechamento de duas escolas no meio rural num período de cinco anos o número de estudantes atendidos no meio rural caiu mais que 50%. Por outro lado o número de estudantes transportados, do campo para cidade, aumentou cerca de 60%.

Outro dado que a pesquisa revela é que atualmente 207 estudantes do campo são transportados para a cidade. Esses números vem a comprovar que temos famílias, pessoas, cidadãos, homens, mulheres, jovens, adolescentes e crianças que vivem e convivem no meio rural do município. O que muitas vezes é desconhecido e desconsiderado por muitos, e fica como justificativa para não implementação e aplicação de políticas públicas ao campo, com os dizeres errôneos que o campo esta completamente despovoado.

Tenho origem do campo no qual sempre convivo, apesar de morar atualmente na cidade, mas minhas atividades profissionais e no movimento das escolas famílias

agrícolas de Minas Gerais, especificamente em Cruzília, sul de Minas Gerais, estão diretamente relacionadas a educação do campo e todas as tensões nela vividas, vistas em aula e atividades do dia a dia. Convivemos desde o trabalho de base para implantação e funcionamento da EFA com uma política altamente tradicionalista local e perversamente preconceituosa, seguida por muitos da própria comunidade. Como exemplo, muitas perguntas surgiram e ainda surgem, do tipo: Mas ele que é o professor da escola? Ele e a família dele são da roça? O que e pra que essa “escolinha” vai ensinar?

E hoje é extremamente gratificante poder responder a essas e diversas outras indagações por meio dos resultados alcançados de nossas ações coletivas. São respostas dadas pelos exemplos de conquistas de políticas públicas em nossa entidade e comunidades atendidas.

Saber e questionar, tanto os modelos de desenvolvimento do campo brasileiro, ao longo de nossa história, atualmente e as possibilidades que se queremos de verdade uma nova perspectiva de modelo de “des”envolvimento que almejamos. As ações coletivas e resultados são necessários para contradizer, contrapor e mostrar que há possibilidades e oportunidades diversas ao que nos apresenta. Assim como nos diz MAZZETTO:

Nessa disputa, urge a construção de outras noções e conceitos-força que possam ajudar a construir outra ordem societária, livre das amarras da idéia do desenvolvimento. Algumas dessas idéias passam simplesmente pelo termo sustentabilidade ou sociedade sustentável. Alguns autores fazem a provocação falando de envolvimento sustentável e começa a ganhar relevo a concepção indígena do bem viver (...).(MAZZETTO, 2013, p. 91 e 92).

Todos os sujeitos do campo, sejam eles coletivos organizados ou individuais, têm todo o direito de conhecer esse conjunto de análises e relacioná-las ao território em que vive e convive em sua regionalidade, e quais interferências e inferências nelas contidas. E que esse apoderamento possa possibilitar independência e autonomia de ações concretas sob uma nova forma de conquistar seus direitos e fazer valer sua voz e ação.

Comunidades camponesas e indígenas têm, a partir da mesma matriz de pertencimento e apego ao lugar, a base para uma articulação em prol da noção do bem viver, talvez uma idéia-força que possa empurrar uma mudança societária de caráter estrutural que combata a colonização do

pensamento, calcado na ideologia do desenvolvimento produtivista, que se reforça e se amplia nesse período do globalitarismo, e ajude a construir uma perspectiva verdadeira de sustentabilidade. (MAZZETTO, 2013, p. 92).

Há plena necessidade de sabermos da perversidade do modelo capitalista de mercado no qual estamos inseridos, e sempre questionar e desconfiar de nossas certezas, e ditas “certezas” que nos apresentam constantemente. Saber que a dúvida, o questionar, as perguntas movem o mundo; e não a plena conformidade e omissão.

Importante também nos empoderarmos conscientemente que vivemos e convivemos com determinados agregados políticos desfacelados, onde nossos direitos são vistos como presentes por merecimento, de modo totalmente errôneo. Cada vez mais políticas de governo se sobrepõem às políticas de estado, onde a ética e a cidadania se tornam escassas, sem nenhum tipo de controle social. Frente a isso, iniciativas e mobilizações contra todo tipo de concentração de renda e injustiça social são cada vez mais necessárias e imprescindíveis na sociedade.

É essencial percebermos todas essas contradições, e estas gerarem motivações, para que assim se queremos mudanças e transformações coletivas do modelo que vivemos, devemos primeiramente conhecer e questionar o modelo de “des”envolvimento que nos é imposto a convivermos, para que assim possamos agir na prática embasados teoricamente, não sendo omissos e não viver na política da espera que ações, sejam de governo ou estado venham ao nosso encontro. E sim, sermos sujeitos coletivos organizados e fazer com que políticas sejam construídas a partir e com a base de projetos populares participativos e atuantes com outras perspectivas como nos mostra MAZZETTO:

Contraditoriamente às concepções desenvolvimentistas, a perspectiva de uma verdadeira sustentabilidade deve se ancorar em alguns outros princípios:

- Refere-se a uma relação sociedade-natureza em que prevaleça a noção de pertencimento e de relação afetiva com o lugar/ecossistema no qual está inserido.
- Reforça a noção de lugar de viver e do valor de uso-lugar-habitat, território-abrigo, (mas também recurso) “lugar do exercício da vida” (SANTOS, 2003).
- Reforça a noção de produzir a partir dos fluxos e ciclos dos ecossistemas e não contra eles (conhecimento ecológico para o manejo sustentável dos agroecossistemas).
- Reforça o princípio da precaução ou da prudência ecológica.
- Reforça o princípio da diversidade (ecológica e cultural), do diálogo de saberes e da democracia e gestão participativa. (MAZZETTO, 2013, p. 91).

Isto posto frente a todas as problemáticas que vivemos e convivemos na sociedade atual e o que está por vir, posso destacar com pretensão e provocação ao sistema desenvolvimentista capitalista produtivista de mercado um dos movimentos na sociedade, que já se desponta em algumas regiões, principalmente nos inchaços dos grandes centros metropolitanos. Uma presencial e emergente evasão populacional, ou simplesmente um êxodo urbano dos grandes centros urbanos para cidades e regiões do interior. Podemos chamar de uma retomada da interiorização em busca principalmente de qualidade de vida, o que revela que novas perspectivas são necessárias, tanto para o campo como para cidade, no embate ao desenvolvimento predador e injusto que se apresenta historicamente; e outras concepções e princípios para comunidades e sociedade em geral, como o envolvimento humano e social, o bem viver e uma verdadeira sustentabilidade nas relações homem-natureza-sociedade.

Capítulo 3. Tensões e conflitos entre as concepções de educação com o currículo oficial universal do conhecimento estabelecido e o currículo em construção com a realidade social local.

Ficou cada vez mais perceptível durante a pesquisa que as tensões e conflitos que se fazem presentes na concepção de educação do campo e a realidade tradicional vivida e convivida extrapola o território e territorialidade em si geograficamente, e não somente só nesta perspectiva. Fato constatado é que as tensões e conflitos atingem para além da questão do território comumente idealizado como geográfico por excelência, mas abrange os campos político, educacional-pedagógico, social, econômico e cultural. E essas tensões e conflitos vem aparecer na escola no território do currículo, um campo de disputas, construções e desconstruções. Assim como por exemplo podemos perceber também na transcrição da entrevista com um docente que segue:

Transcrição de Entrevista com um docente em uma escola do campo/rural:
Município de Cruzília, sul de Minas Gerais

1 - Que conteúdo você trabalha que considera sem sentido e desnecessário para as crianças e jovens do campo? Por que você trabalha esse conteúdo e por que acha desnecessário?

Tabela 4. Pesquisa/entrevista sobre tópicos/habilidades e conteúdo trabalhado pelo docente em escola no campo, que considera sem sentido e/ou desnecessário:

TÓPICOS/HABILIDADES	DETALHAMENTO DAS HABILIDADES
Lazer	Identificar no cotidiano urbano os elementos que representam a espacialidade e territorialidade do lazer

Ele trabalha esse conteúdo devido as exigências do currículo e porque já constava no planejamento de geografia da escola quando ele começou com referência na proposta curricular no CBC – currículo básico comum. Ele acha desnecessário, pois não contextualiza nas habilidades a questão do lazer no campo.

2 - Que conteúdo ou saberes você incorpora no currículo e porque considera adequado/necessário para as crianças/jovens que vivem no campo?

Ele incorpora como exemplo da questão anterior o lazer no campo, e procura sempre contextualizar e contrapor os conteúdos trazendo para a realidade do campo, sempre que possível. Ele fala que o tempo disponível é pouco para se fazer isso sempre e dar conta de cumprir o que está no planejamento.

3 - Como você avalia os materiais pedagógicos que usa? São adequados? Suficientes? Interessantes? Sim ou Não e por quê?

Ele avalia que na grande maioria os materiais pedagógicos quando existentes e disponíveis na escola são descontextualizados e não adequados com a realidade local do campo. Geralmente não são suficientes e nem sempre despertam o interesse. É preciso sempre procurar outras fontes de materiais para complementar.

4 - Quais são os principais problemas que ele/e identifica no currículo do ano/série com a qual trabalha e por que?

O currículo é extenso em relação ao tempo/carga horária disponível. Sempre tem que fazer uma seleção dos principais conteúdos que acredita ser importante e

trabalhar de forma resumida. Ele fala que é um currículo pronto e dado a ser seguido, e não é construído ou discutido, mas que dependendo do professor há formas e possibilidades diferentes de se trabalhar com ele.

Analisando de forma crítica e construtiva tanto os dados levantados no momento da entrevista quanto nas conversas informais que as questões, tensões e conflitos de currículo estudadas na disciplina em aulas aparecem e afloram no dia a dia desse docente, outros colegas e nas atividades da escola.

Apresenta-se também que o docente sabiamente tem pleno conhecimento dessas questões e procura adaptar sua forma de trabalhar da melhor forma possível, e procura sempre contrabalancear para que de um lado possa cumprir com suas responsabilidades de cumprir o planejamento que consta no currículo oficial estabelecido, e de outro possa contextualizar seu trabalho para que faça sentido frente a realidade de seus educandos, contribuindo assim satisfatoriamente ao ensino e aprendizagem dos mesmos.

Suas atitudes e trabalho demonstram que um currículo não deve e não pode ser uma prisão para a construção do conhecimento, e sim um verdadeiro ponto de partida e ao mesmo tempo de chegada, formando sim um ciclo que sempre deve ser reinventado e questionado frente ao processo de formação e educação.

Percebi a existência nesse espaço de no mínimo dois currículos: o oficial, escrito, registrado e tido como padrão a ser seguido; e outro que paira no campo do imaginário conhecimento construído efetivamente e diariamente frente aos desafios, emoções, tensões e conflitos vivenciados que se revela muito rico, dinâmico e revelador da autonomia de sujeitos que constroem, vivem e se identificam com sua história, saberes e fazeres de uma verdadeira educação emancipadora e libertadora.

Esse é apenas um exemplo, citado na transcrição da entrevista, das tensões e conflitos que se apresentam permanentemente, tanto na teoria e prática da concepção de educação do campo, frente a outra concepção historicamente enraizada na escola tradicional e suas atividades, e acima de tudo presente em um sistema que desconhece as diferenças na prática, e procura em teorias e documentos amparar e amenizar essa dívida histórica para com aqueles que necessitam.

Como nos diz PARAISO:

Um currículo é diferença por natureza; é pura diferença; é diferença em si. Afinal é um território de multiplicidades de todos os tipos, de disseminação de saberes diversos, de encontros “variados”, de composições “caóticas”, de disseminações “perigosas”, de contágios “incontroláveis”, de acontecimentos “insuspeitados”. Um currículo é, por natureza, rizomático, porque é território de proliferação de sentidos e multiplicação de significados. Apesar de todos os poderes que fazem o controle, demarcam as áreas e opinam sobre como evitar a desorganização em um currículo e que demandam sua formatação, tudo vaza e escapa. (PARAÍSO, 2010, p. 588).

O currículo é um campo de batalhas que se sucedem, numa corrida incessante, onde a chegada se torna a partida, entre vencidos e vencedores, mas há vencidos que não se rendem e resistem das mais variadas formas de resistência, e vencedores que não admitem aberturas para o novo e o diferente.

Registrar um currículo-diferença é acompanhar linhas e traçados de currículos em suas bifurcações; ver, sentir e falar de sua força, sua potência, sua composição, seus movimentos de criação. E “criar, não é comunicar mas resistir”. Resistir aos estratos, ao já feito, ao já construído, ao “é”. Resistir a tudo aquilo que nos entristece, que diminui nossa potência, nossos desejos e nossa força de pensar e traçar linhas de fugas. (PARAÍSO, 2010, p. 595/596).

Por outro lado na pesquisa sobre o currículo na Escola Família Agrícola de Cruzília demonstrou ser um currículo em constante construção com a realidade social local, um currículo em movimento. Principalmente quando analisamos a proposta político pedagógica e o plano de formação na pedagogia de alternância que foram construídos de forma participativa e colaborativa entre comunidade, associação, escola, famílias, estudantes e professores. A proposta político pedagógica, o plano de formação com os seus planos de estudo, os eixos e temas geradores revelam um belo exemplo do currículo-diferença, o currículo do movimento. Mas há também documento orientador como o Plano de Curso, que devido ao cumprimento às exigências legais para funcionamento da escola apresenta-se com um currículo de forma mais fechada, sistemática e tradicional. Com pontos que se aproximam na teoria e outras que se distanciam. Sendo este construído de forma unilateral e com base em modelos fora da realidade local e adaptado a mesma. Foi construído

juntamente e com orientações da superintendência regional de ensino a que a escola está vinculada.

O currículo como seleções de interesses sempre diferentes proporciona alcances incertos. Os diferentes modos, conceitos, teorias, interesses de grupos que inventam e reinventam suas próprias construções e desconstruções, em frentes e campos de lutas e alianças. O currículo traz consigo certamente e permanentemente tensões e conflitos, pois emana mudanças, é carregado de poderes e conhecimentos em disputa. Frente a essas frentes é extremamente importante rompermos do currículo que se apresenta como grades para o sujeito, o conhecimento e o poder; e estabelecermos a íntima e verdadeira relação com o currículo que se apresentar como matriz, matéria-prima que se será trabalhada para a produção de algo sempre novo, diferente, construtivo e desconstrutivo, e não visto como um produto acabado a ser consumido.

Considerações finais

É imprescindível apresentar e destacar aqui, assim como foi mostrado no decorrer da pesquisa que, mesmo com todas as questões de tensões e conflitos, mostradas e comentadas na pesquisa, e outras que aqui não foram apresentadas acerca da concepção de educação do campo e a educação tradicional regular, que há consideráveis expectativas, perspectivas e conquistas de novos olhares e saberes em educação do campo. E ainda, que esses aspectos são relevantes e oportunos na consolidação de teorias e práticas como essa, desenvolvidas em educação do campo, e que o reconhecimento legal, social, político e cultural deve acontecer de fato, principalmente em respeito às diferenças.

O estudo das tensões e conflitos na concepção em educação do campo se mostrou, tanto ora um desabono a toda falta de reconhecimento e incentivos a novas e necessárias práticas educativas de rompimento com o tradicionalismo histórico educacional; e ora como combustível gerador de energia suficientemente capaz de superar os desafios impostos e conquistar novas oportunidades e possibilidades com outras perspectivas e expectativas para educação do campo e todos/as aqueles/as que dela fazem parte e contribuem a construí-la incessantemente.

Faz-se necessário também, para que outros ciclos de educação em educação do campo venham ganhar vida, em lugares e grupos que dela necessitam; que novas sementes dessa semente, que se bem cultivada produz frutos, sejam lançadas ou alcançadas por aqueles que dela necessitam.

O mestre Drummond já nos dizia:

A conquista da liberdade é algo que faz tanta poeira, que por medo da bagunça, preferimos, normalmente, optar pela arrumação.

E então vos digo: Não tenhamos medo da poeira e da bagunça, se temos a plena necessidade de nossa conquista de liberdade!

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo 1992. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP.
- AMEFA – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas. <https://amefa.wordpress.com> acessado em 21.03.2014.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre**. Vozes: Petrópolis, 2000.
- **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica** / Sérgio Sauer e Moisés Villamil Balestro (orgs) – 2ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CALIARI, Rogério Omar; ALENCAR, Edgard; AMÂNCIO, Robson. **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Local**, revista_v4_n2_jul-dez_2002_5 Perspec. vol.14 no.2 São Paulo Abril/Junho 2000.
- **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo** / Mônica Castagna Molina e Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF. Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2004”. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.
- DA SILVA, Danielle Fabiane; JUNIOR, João Cleps. **A territorialização da reforma agrária de mercado em Minas Gerais e a problemática da implantação do banco da terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. 2012. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/14524/8538>
- **Diálogos Sociais: Reflexões e experiências para a sustentabilidade do desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais** / Cid Dutra Wildhagen (organizador). Série. 1ª edição. Colaboração Daniella Silva Ribeiro e Nahissa Harumi; Realização SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Editora IMGS – Instituto Mineiro de Gestão Social, 2008.
- **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo** – Resolução CNE/CEB nº 1 – de 3 de abril de 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. Presidente Prudente: UNESP.

- _____ . **Sobre a tipologia de territórios**. Presidente Prudente: UNESP.
- FREIRE, Paulo. (1983) **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 7ª edição.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo.
- GADOTTI, Moacir. **Convite a leitura de Paulo Freire**. Série pensamento e ação no magistério. São Paulo: Editora Scipione. 1989.
- GARCÍA-MARIRRODRIGA, R. PUIG, P. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. (AIDEFA).
- MAZZETO SILVA, Carlos E. 2006. **Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**. Niterói, RJ: UFF.
- PARAISO, Marlucy Alves. **Diferença no currículo**. Cad. Pesqui., São Paulo, vol. 40, n.140, ago. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>
- **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade** / organizadores, João Batista Begnami, Thierry De Burghgrave. – Orizona: UNEFAB, 2013. 279 p. :il. – (Coleção Agir e Pensar das EFAS do Brasil).
- SATHLER, Douglas; UMBELINO, Glauco. **Redistribuição espacial da população mineira: a emergência dos pequenos municípios**. 2005. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>
- UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. www.undefab.org.br acessado em 21.03.2014.

Anexos:

Anexo I. Pesquisa aplicada na Secretaria Municipal de Educação do município de Cruzília, em 2009, sobre a situação dos alunos/as do Campo: (página 1)

A situação dos Alunos/as do Campo

Município: Cruzília - Sul de Minas

• **Quantos alunos/as têm no meio rural de nosso município?**

*Temos 131 alunos distribuídos em três escolas:
Escola Municipal de Cafundó: 10 alunos
Escola Municipal Arlindo de Paula Ferreira: 29 alunos
Escola Municipal Chalé: 92 alunos*

• **Quantas escolas rurais existiam no nosso município em 1960, 70, 80 e 90?
E quantas estão funcionando em 2009? (se possível citar os nomes).**

*Nas décadas de 60 a 90:
Escola Municipal José Esteves – Pinheiros
Escola Municipal Bernardino Martins Pereira – Cabeça Branca
Escola Municipal Comboio
Escola Municipal dos Campos
Escola Municipal Cajuru
Escola Municipal Goiabeiras
Escola Municipal Quilombo
Escola Municipal Traituba
Escola Municipal Vargem Alegre
Escola Municipal de Cafundó
Escola Municipal Arlindo de Paula Ferreira – Recreio
Escola Municipal Chalé
Escola Municipal Itaquí
Escola Municipal Angai*

*Atualmente em 2009:
Escola Municipal Chalé
Escola Municipal Arlindo de Paula Ferreira
Escola Municipal de Cafundó*

• **Quantos professores/as e que formação tinham nestas décadas?**

Aproximadamente trinta professores, a grande maioria com formação de Ensino Médio (Magistério) e/ou cursando Nível Superior.

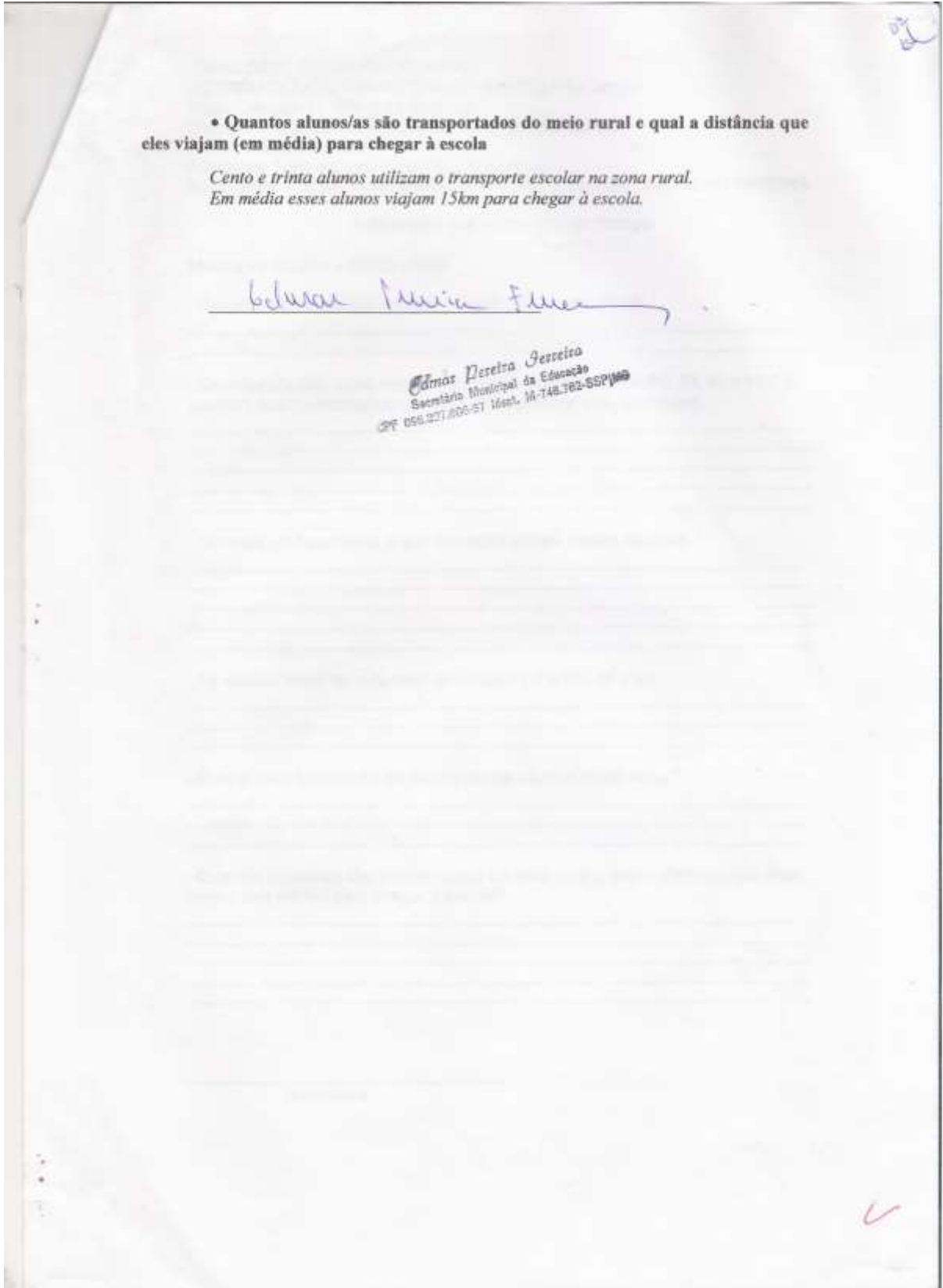
• **As escolas eram de qual nível de ensino? (1ª a 4ª – 5ª a 8ª)**

As escolas atendiam de 1ª a 4ª série. Em 1998 a Escola Municipal Chalé começou a atender de 1ª a 8ª série.

• **Qual o nível (qualidade) de formação nas escolas atualmente?**

*Atualmente as Escolas Cafundó e Arlindo de Paula Ferreira atendem do Pré de 5 anos ao 5º ano e a Escola Municipal Chalé atende do 1º ao 9º ano.
Todos os professores possuem formação Nível Superior.*

(página 2):



Anexo II. Pesquisa aplicada na Secretaria Municipal de Educação do município de Cruzília, em 2014, sobre a situação dos estudantes do Campo: (página 1)

- Quantos alunos são atendidos em escolas no meio rural de nosso município?

Atualmente são atendidos 59 alunos.

- Quantas escolas rurais existiam no nosso município nas décadas de 1960, 70, 80,90 e 2000? E quantas estão funcionando em 2014?

Escolas rurais nas décadas de 1960, 70, 80,90 e 2000:

- Escola Municipal Angai
- Escola Municipal Arlindo de Paula Ferreira
- Escola Municipal Bernardino M Pereira
- Escola Municipal Cabeça Branca
- Escola Municipal Chalé
- Escola Municipal Comboio
- Escola Municipal de Cafundó
- Escola Municipal Goiabeiras
- Escola Municipal José Esteves
- Escola Municipal Quilombo
- Escola Municipal Vargem Alegre

- Escola Estadual Favacho
- Escola Estadual Itaqui
- Escola Estadual José Bráulio Junqueira
- Escola Estadual José Vieira Sobrinho (Cachoeira)

Escolas rurais que estão funcionando em 2014:

- Escola Municipal Chalé

- Quantos professores/as e que formação tinham nestas décadas?

A formação da maioria dos professores que atuavam na época era de Técnico Magistério (2º grau)

- As escolas eram de qual nível de ensino?

As escolas atendiam alunos de primeira a quarta série.

(página 2)

- Qual e/ou como considera o nível (qualidade) de formação nas escolas do meio rural atualmente?

A qualidade dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos na zona rural é muito bom, o que pode ser comprovado através das avaliações internas e externas.

Consequentemente, os alunos saem preparados para a continuidade nas outras modalidades de ensino.

- Quantos alunos/as são transportados do meio rural para a cidade e qual a distância que eles viajam (em média) para chegar à escola?

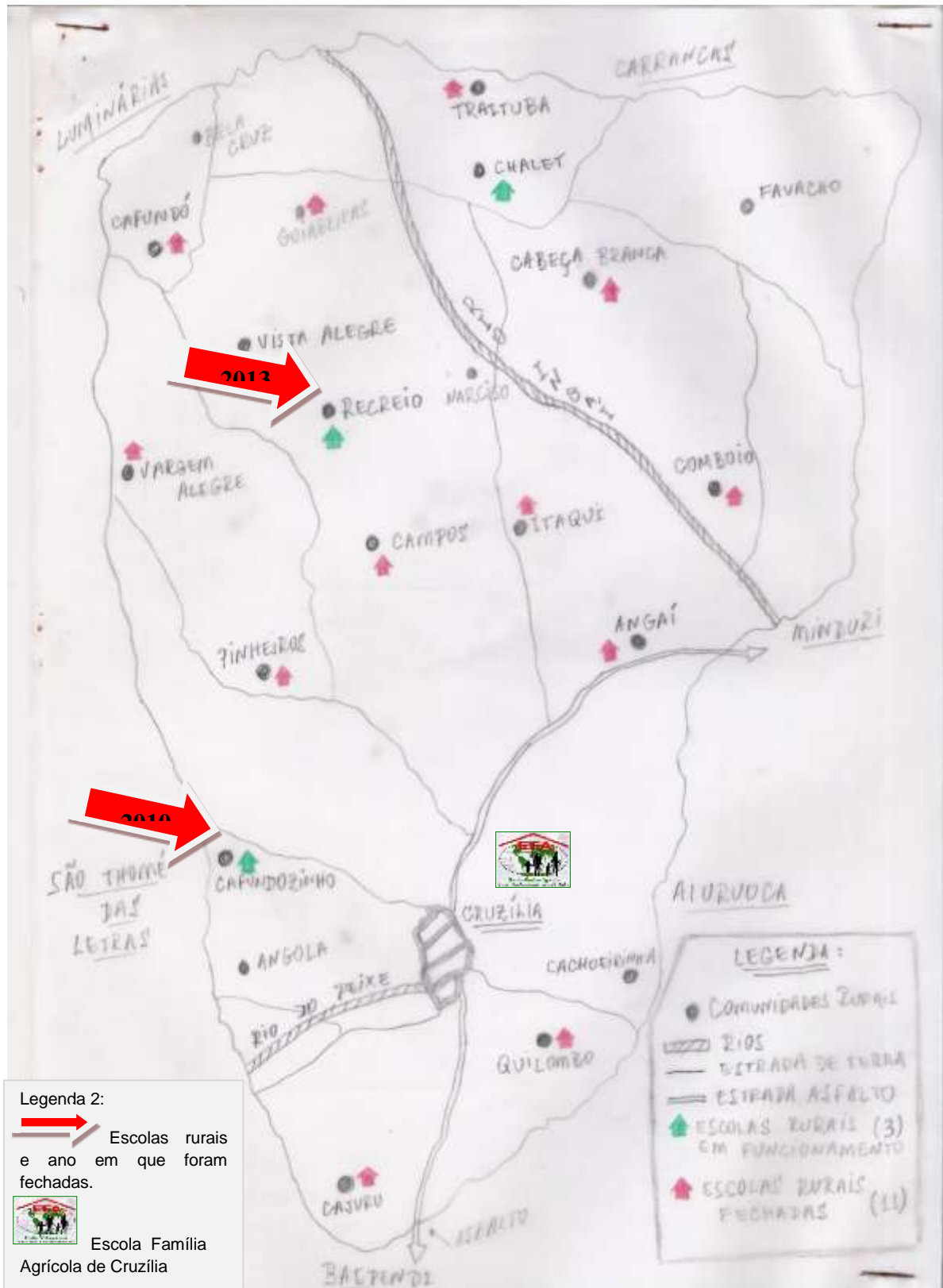
São transportados 207 alunos para as escolas municipais e estaduais.
Em média viajam 20 km para chegar à escola.



Anexo III. Mapa do município de Cruzília com localização das comunidades rurais e escolas rurais, fechadas e em funcionamento, de acordo com a pesquisa até o ano de 2009:



Anexo IV. Mapa comparativo atualizado do município de Cruzília com localização das comunidades rurais e escolas rurais, fechadas e em funcionamento, de acordo com a pesquisa de 2009 até o ano de 2014:



Anexo V. Roteiro de entrevista com o professor.

1 - Que conteúdo você trabalha que considera sem sentido e desnecessário para as crianças e jovens do campo? Por que você trabalha esse conteúdo e por que acha desnecessário?

2 - Que conteúdo ou saberes você incorpora no currículo e porque considera adequado/necessário para as crianças/jovens que vivem no campo?

3 - Como você avalia os materiais pedagógicos que usa? São adequados? Suficientes? Interessantes? Sim ou Não e por quê?

4 - Quais são os principais problemas que ele/e identifica no currículo do ano/série com a qual trabalha e por que?